PONTO DE VISTA

461 Avaliação do art. 24 do Decreto nº 7.892/13, que regulamentou o sistema de registro de preços no âmbito da Administração federal

DOUTRINA

463 Convênio – Estado do Amapá e Fundação Marco Zero – Análise – Natureza jurídica – Contrato administrativo – Dever de licitar – Impossibilidade de celebração de convênio – Responsabilização dos agentes públicos

471 A sanção prevista no inc. III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas no âmbito do órgão ou da entidade que a aplicou

SISTEMA S

473 Garantia quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos ajustes formalizados pelos serviços sociais autônomos

REGISTRO DE PREÇOS

477 A natureza jurídica da relação formalizada na ata de registro de preços

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

484 Contrato administrativo – Licitação – Execução contratual – Irregularidades

TERCEIRIZAÇÃO

489 Terceirização – Repercussão da falta sem substituição e das horas extras no contrato com a Administração Pública, para fins de pagamento

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

494 Apontamentos práticos acerca do licenciamento ambiental de obras públicas licitadas sob as regras da Lei nº 8.666/93

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

500 Entrega intempestiva dos originais dos documentos de habilitação em pregão eletrônico

503 Teoria do cumprimento substancial nos contratos administrativos

PERGUNTAS E RESPOSTAS

506 1. Serviços sociais autônomos – Contrato – Prazo de vigência – Regras para a fixação.

507 2. Fixação – Veículos – Licitação – Exigência de apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) – Impossibilidade.

508 3. Licitação – Participação – Impedimento – Servidor licenciado.

508 4. Recursos – Interposição pela matriz ou filial – Unicidade da pessoa jurídica.

509 5. Inexigibilidade de licitação – Garantia técnica – Assistência técnica e manutenção de elevadores – Contratação da única empresa integrante da rede autorizada por inexigibilidade após o vencimento do prazo de garantia – Impossibilidade.

510 6. Pagamento – Retenção – Empresa declarada impedida de licitar e contratar por outro órgão – Impossibilidade.

511 7. Sanções administrativas – Multa – Percentual – Fixação.

512 8. Alteração do contrato – Acréscimo – Quantitativo – Depois da entrega dos produtos, mas antes de vencido o prazo para pagamento pela Administração – Possibilidade.

513 9. Dispensa de licitação – Aquisição de equipamento – Posterior transferência para quitar débitos do município – Impossibilidade.

514 10. Obras e serviços de engenharia – Execução – Paralisação – Prorrogações de prazos – Requisitos.

SÍNTESE TEMÁTICA ZÊNITE

516 Melhores práticas para o registro de preços de acordo com o Decreto federal nº 7.892/13 – Parte I

LEGISLAÇÃO

517 Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013

521 Portaria nº 6, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 3 de abril de 2013

JURISPRUDÊNCIA

524 Agravo de Instrumento nº 5001096-59.2013.404.0000 – TRF 4ª Região

530 Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº 5001497-36.2013.404.0000 – TRF 4ª Região

TRIBUNAIS DE CONTAS

532 Acórdão nº 220/2013 – TCU – Plenário

544 Acórdão nº 328/2013 – TCU – Plenário

554 **DESTAQUES JURISPRUDENCIAIS**